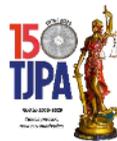




**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal de Justiça  
do Estado do Pará



**Documento de Oficialização da Demanda**  
**ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ**  
**Nº 013 - VERSÃO 1**  
**DEMANDA: WORKSHOP “Abordagem prática sobre**  
**assédio e violência”.**  
**TJPA-MEM-2025/15672**



**MANUAL DAS  
CONTRATAÇÕES**

**PLANO ANUAL  
DE  
CONTRATAÇÕES**

TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO  
ESTADO DO  
PARÁ



**INSTRUÇÃO  
NORMATIVA  
Nº 001 / 2023 TJPA**

FASE DE  
PLANEJAMENTO  
DA  
CONTRATAÇÃO



**INSTRUÇÃO  
NORMATIVA  
Nº 002 / 2024 TJPA**

FASE DE  
SELEÇÃO DO  
FORNECEDOR



TJPA MEM 2025 15672 A



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE – art. 7º, inciso I da IN nº 01/2023

**Setor:** ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

**Responsável pela unidade requisitante:** Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

**Matrícula:** 191736

## 2. DESCRIÇÃO DA DEMANDA A SER ATENDIDA – art. 7º, inciso II da IN nº 01/2023

**Descrição sucinta:** Contratação da empresa CONSCIÊNCIA, CONSULTORIA & EDITORA LTDA, CNPJ Nº 53.813.102/0001-92, para ministrar o Workshop referente à “**Abordagem Prática sobre Assédio e Violência**”, pela docente Lis Andrea Pereira Soboll, que será realizado no dia 9 de maio de 2025, às 9:00h, com carga horária de 3h/a, na modalidade PRESENCIAL, no TJPA.

## 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA DEMANDA – art. 7º, inciso III da IN nº 01/2023

À Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará(EJPA) “Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa”, instituição vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, criada através da Resolução nº 06 de 08 de dezembro de 1982 e alterada pela Lei nº 8.807 de 27 de dezembro de 2018, cabe, entre outras atribuições, proporcionar a magistrados e magistradas, servidores e servidoras formação e aperfeiçoamento profissional, promovendo o desenvolvimento do efetivo exercício das atribuições do Poder Judiciário do Estado do Pará.

A Presente tem como o objetivo de fortalecer a cultura organizacional pautada no respeito, na ética e na prevenção de condutas inadequadas, propõe-se a realização de uma palestra sobre **assédio e violência no ambiente de trabalho**, voltada para servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

A escolha do tema se justifica pela necessidade de conscientização e prevenção de práticas prejudiciais ao ambiente institucional, especialmente aquelas relacionadas ao assédio moral, sexual e outras formas de violência interpessoal. A disseminação de informações qualificadas, aliada ao debate reflexivo sobre o tema, é essencial para a construção de um ambiente mais seguro, respeitoso e produtivo para todos.

A contratação de um palestrante com expertise no assunto proporcionará:

**Esclarecimento** sobre conceitos legais e institucionais relacionados ao assédio e à violência no ambiente de trabalho, alinhados às normativas vigentes e aos princípios da Administração Pública.

**Sensibilização** dos servidores e magistrados, promovendo uma mudança de cultura que favoreça o respeito mútuo e o acolhimento de vítimas.

**Apresentação** de boas práticas e medidas preventivas, orientando sobre como identificar, agir e denunciar situações de assédio e violência.

**Fortalecimento** da imagem do TJPA como uma instituição comprometida com a ética, os direitos humanos e a valorização de seus profissionais.

Diante do exposto, a realização dessa palestra contribuirá significativamente para a consolidação de um ambiente de trabalho mais seguro e harmonioso, prevenindo condutas inadequadas e promovendo o bem-estar coletivo no Tribunal.

## 4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E DO VALOR DA DEMANDA – art. 7º, incisos IV e V da IN nº 01/2023

Item	Quantidade	Valor Total
Contratação da empresa CONSCIÊNCIA, CONSULTORIA & EDITORA LTDA, CNPJ Nº 53.813.102/0001-92, para ministrar o Workshop referente à “Abordagem Prática sobre Assédio e	3h/a	R\$ 28.000,00



Violência”, pela docente Lis Andrea Pereira Soboll, que será realizado no dia 9 de maio de 2025, às 9:00h, na modalidade PRESENCIAL, no TJPA na cidade de Belém-Pa.		
	<b>Total estimado da contratação</b>	<b>R\$ 28.000,00</b>
	<b>Total de Previsão de Execução no ano</b>	<b>R\$ 28.000,00</b>

## 5. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – art. 7º, inciso VI da IN nº 01/2023

**Macrodesafio** - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

**Iniciativas estratégicas:**

- Implantar modelo de Gestão por Competências
- Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas
- Fortalecer a política de atenção à saúde e qualidade de vida
- Aperfeiçoar a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras
- Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras

## 6. ATESTO DE PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES E DE CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – art. 7º, inciso VII da IN nº 01/2023

Código do PAC ou Expediente administrativo*	Entrega do ETP (mês/ano)	Entrega do TR (mês/ano)	Contratação (mês/ano)
MEM-2023/68363	-----	Março de 2025	Março/2025

\* O número do expediente administrativo que a Presidência aprovou a inclusão da demanda no PAC.

## 7. INDICAÇÃO DOS INTEGRANTES DAS EQUIPES DE PLANEJAMENTO E APOIO E DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – art. 7º, incisos VIII, IX e X da IN nº 01/2023

### 7.1. Equipe de planejamento e apoio da contratação:

#### 7.1.1. Integrante Requisitante:

Titular: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar  
 Matrícula: 191736  
 Substituta/Substituto: Iracema de Souza Alcântara  
 Matrícula: 95796

#### 7.1.2. Integrante Técnico

Titular: Viviana Vinhas Costa Souza  
 Matrícula: 217573  
 Substituta/Substituto: Synthia Maria Guimaraes Angelim  
 Matrícula: 126322

### 7.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação:

#### 7.2.1. Gestor do Contrato

Titular: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar  
 Matrícula: 191736  
 Substituta/Substituto: Iracema de Souza Alcântara  
 Matrícula: 95796



### 7.2.2. Fiscal Técnico

Titular: Viviana Vinhas Costa Souza

Matrícula: 217573

Substituta/Substituto: Synthia Maria Guimaraes Angelim

Matrícula: 126322

**Justificativa para Composição da Equipe de Gestão e Fiscalização:** A despeito da orientação expressa no parágrafo §1º do art. 7º da Instrução Normativa nº01/2023, que sugere a alocação de servidores distintos para as diferentes etapas de gestão e fiscalização, a indicação da mesma servidora para ambas as funções é plenamente justificável. Esta decisão é fundamentada na competência, expertise e habilidade que a servidora demonstra, elementos essenciais para a administração e supervisão efetiva do projeto ou contrato específico em análise. Além disso, dada a natureza excepcional do caso em questão, manter a servidora em ambos os papéis traz benefícios tangíveis para a administração pública. Este arranjo otimiza a utilização de recursos e capacidades humanas, garantindo uma continuidade crítica na qualidade do trabalho e na perspectiva de gestão. Em suma, tal escolha não só se adequa aos princípios de eficácia e eficiência, como também se alinha ao princípio de economicidade ao capitalizar as habilidades já consolidadas da servidora.

## 8. PRIORIZAÇÃO DA DEMANDA

### 8.1. Grau de prioridade conforme o PAC:

Alto  Médio  Baixo

### 8.2. Abrangência - Caracteriza o público beneficiário da contratação, que fará uso diretamente do produto/serviço (não excludentes):

1º Grau  2º Grau  Apoio

### 8.3. Recorrência - A contratação refere-se a um:

- Produto ou serviço nunca contratado pelo TJPA  
 Produto ou serviço já contratado em alguma ocasião pelo TJPA  
 Renovação de Serviço ou Aquisição Recorrente

### 8.4. Grau de Necessidade - A contratação deverá ocorrer em:

- Não existe exigência de tempo de contratação  
 A contratação deve ocorrer em até 2 anos  
 A contratação deve ocorrer em até 1 ano  
 A contratação deve ocorrer em até 6 meses

## 9. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DA ELABORAÇÃO DO ETP – art. 7º, inciso XI da IN nº 01/2023

### 1ª Possibilidade

**Demanda de valor inferior a:**

R\$ 599.060,10 – se obras e serviços de engenharia e serviço de manutenção de veículos automotores ou – [Vide Decreto nº 11.871, de 2023](#)

R\$ 299.530,10 - se outros serviços e compras - [Vide Decreto nº 11.871, de 2023](#)

**Requisito cumulativos para embasar a justificativa para a dispensa do ETP:**

#### 1. Especificidade do objeto

**Justificativa:** O objeto da contratação possui características técnicas únicas e específicas que são essenciais para atender às necessidades do órgão. Além do mais, o docente selecionado possui comprovada experiência e qualificação técnica na prestação do serviço sendo reconhecido no mercado pela sua excelência e confiabilidade.



## 2. Desnecessidade de instrumento contratual

**Justificativa:** No tocante à elaboração de minuta de contrato para compor o processo de contratação para ação formativa acima mencionada, não há necessidade de formalização de minuta contratual, posto que se trata de execução imediata, enquadrando-se ao que prescreve o artigo 95, inciso II da Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei 14.133/2021.

## 3. Baixa complexidade da contratação

**Justificativa:** O valor estimado para a contratação é baixo, enquadrando-se nos limites estabelecidos para contratações de menor vulto, conforme a legislação vigente.

O prazo para a execução do serviço é certo, não havendo necessidade de acompanhamento contínuo ou de longo prazo.

Por fim, verifica-se que os termos da execução do objeto são claros e bem delimitados.

## 4. Baixo riscos envolvidos a partir da experiência da Administração em contratações anteriores

**Justificativa:** A partir do histórico das contratações da mesma natureza, por este órgão, verifica-se que os riscos associados à contratação são mínimos, tanto em termos de execução quanto de impacto financeiro, não havendo necessidade de medidas mitigadoras complexas.

### 2ª Possibilidade

#### Nas contratações emergenciais:

Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem (art. 75, inciso VII, Lei nº 14.133/2021)

Nos casos de emergência ou de calamidade pública (art. 75, inciso VIII, Lei nº 14.133/2021)

### 3ª Possibilidade

#### Convocação de remanescente (Art. 90, §7º da Lei 14.133/21):

Convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual

### 4ª Possibilidade

**Para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação (Art. 75, III da Lei 14.133/21):**

Não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas

As propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes

## 10. DA PADRONIZAÇÃO

Versão Março 2025

Data de retirada do Portal do TJPA: 19/03/2025

## 11. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE

Belém, 19 de março de 2025.

Jeferson Antônio Fernandes Bacelar  
Integrante Requisitante  
EJPA

